

DOCUMENTO FINAL

Nós, povos indígenas, quilombolas, extrativistas de todos os estados da Amazônia brasileira, presentes no II Encontro Energia e Comunidades, realizado em Belém-Pará, de 9 a 11 de maio de 2023, vindos dos Territórios Indígenas, Quilombolas, Reservas Extrativistas marinhas e florestais, Florestas Nacionais, Reservas de Desenvolvimento Sustentável, Projetos de Assentamento Agroextrativistas Estaduais e Federais, solicitamos que Estado brasileiro atenda as demandas listadas abaixo.

Estas demandas, construídas durante o evento, trazem as principais reivindicações dos povos indígenas, quilombolas e extrativistas (PIQCTs), no que se refere a questão energética e a todos os serviços e projetos que dela dependem, e que estão detalhados neste documento.

Nós, povos indígenas da Amazônia brasileira aqui representados pela nossa organização COIAB – Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira e suas organizações de base – FEPIPA – Federação dos Povos Indígenas do Pará, FOIRN – Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro, MATPHA – Manxinerune Tsihi Pukte Hajene, OPIROMA – Organização Indígenas do Estado de Rondônia e Noroeste do Mato Grosso, COAPIMA – Coordenação das Organizações e Articulações dos Povos Indígenas do Maranhão, FEPOIMT – Federação dos Povos e Organizações Indígenas do Mato Grosso, ATIX- Associação Terra Indígena Xingu e COPIME – Coordenação dos Povos indígenas de Manaus e Entorno - com lideranças do Pará, Rondônia, Mato Grosso, Roraima, Acre, Maranhão, Tocantins, Amapá e Amazonas, viemos por meio desse documento registrar que o acesso à energia elétrica de qualidade, renováveis e segura é direito fundamental.

A construção de programas e a sua implementação deve respeitar a Convenção 169 da OIT, realizando a consulta livre, prévia, informada e consentimentada, em todos os territórios, mesmo naqueles em que o protocolo de consulta ainda não esteja finalizado, considerando a nossa diversidade étnica, cultural, ambiental e especificidade de cada povo. Realizando os devidos estudos, sempre acompanhados pelos indígenas, levando em consideração os Planos de Gestão Territorial e Ambiental onde está implementado e aqueles que ainda não estão. Atualmente há comunidades indígenas que já possuem energia elétrica residencial, no entanto, não atende as necessidades básicas, como manter em funcionamento uma geladeira ou freezer. E há muitas comunidades sem acesso a esse sistema tão essencial para dignidade e empoderamento dos nossos povos.

A ausência de energia elétrica traz consequências e prejuízos: no armazenamento das merendas escolares, nos postos de saúde para armazenamento de vacinas e medicamentos, e coloca também os nossos territórios em constante vulnerabilidades suscetíveis a invasões, grileiros, garimpeiros, entre outros, por não conseguirmos fazer o monitoramento e a vigilância dos nossos territórios com o uso de tecnologias que necessitam de energia elétrica para seu funcionamento (celulares, drones, rádio, internet, computadores e câmeras). Para nós energia limpa é aquela que não traz maiores impactos, como já aconteceu com a construção dos grandes empreendimentos hidrelétricos, como UHE de Belo Monte e a UHE de Tucuruí. Não queremos hidrelétrica! Queremos energia limpa, de qualidade, segura e de custo zero para os povos indígenas. Informamos que nossos territórios possuem potencialidade para gerar energia solar, hidrocínica e em alguns casos energias eólicas para evitar a utilização de combustíveis

fósseis. Mas não queremos que a energia chegue de qualquer jeito, como já aconteceu em outros tempos em que houve destruição ambiental, sem qualquer diálogo ou orientação aos povos, onde não houve compensações, mitigações e estudos dos componentes indígenas nas áreas diretamente impactadas pelas linhas de transmissões e hidrelétricas construídas.

Nos deixa indignados a energia estar disponível para os invasores dos nossos territórios e não estar para nós que fazemos a proteção. São responsáveis por garantir orçamento específico e implementar as políticas públicas de acesso à energia elétrica aos povos indígenas o poder público federal, estadual e municipal. Essas políticas públicas não podem impor limitações de acesso e de potência e devem ser estruturadas das seguintes formas: estudos de viabilidade técnica e de logística, a partir dos interesses de ampliação de renda de cada comunidade; capacitação técnica para uso e manutenção dos equipamentos com os indígenas; criação de fundos e programas para manutenção dessas energias; fortalecimento do diálogo entre o poder público e nossos povos; estudos de viabilidade e dos impactos do armazenamento de baterias e outros equipamentos destinados a geração de energia; ampliar o acesso à comunicação e tecnologias, como internet ampla e gratuita nos espaços coletivos, como escolas, postos de saúde, associações e áreas comuns em toda comunidade, com atividades formativas refletindo sobre os impactos da tecnologia na nossa cultura; garantindo um planejamento de manutenção periódica dos equipamentos sem custos para os povos indígenas.

Em relação às comunidades que já têm energia e as que ainda serão instaladas é preciso considerar formas de ampliação desse acesso, pois nossas famílias crescem e nossas demandas por energia também.

Exigimos: respostas das empresas responsáveis pelo fornecimento de energia elétrica das inúmeras solicitações feitas pelos indígenas para instalação de energia e que seguem sem resposta; energia elétrica para nossas residências e espaços coletivos; perdão das dívidas oriundas da inadimplência das contas de energia durante a pandemia; transparência sobre o Fundo CDE (Contas de Desenvolvimento Energético) informando a destinação desse recurso por meios acessíveis a população, por exemplo: por meio de cartilhas, panfletos, contas de energia e e-mails das organizações aqui mencionadas; alternativas de geração de renda de acordo com os territórios e suas especificidades que levem ao desenvolvimento das comunidades; garantir a instalação de energia em comunidades que já tem acesso às linhas de transmissão que passam por seus territórios, desde que respeitada a consulta livre, prévia e informada; transparência sobre as metas do Programa Mais Luz Para Amazônia e antecipação da meta de universalização de 2030 para 2025.

Por fim, exigimos que haja reuniões com representantes do governo com cada entidade aqui representada em seus respectivos estados.

Nós, povo Quilombola, das comunidades de territórios Quilombolas, presentes neste II Encontro “Energia e Comunidades”, realizado na cidade de Belém, no estado do Pará, entre os dias 09 e 11 de maio de 2023, utilizamos este lugar e este espaço, para apresentar nossas demandas relacionadas à pauta energética, ao poder público.

As comunidades dos Territórios Quilombolas veem a energia passando por seus territórios, mas não a recebem em suas casas.

Nós somos os donos da água, dos rios e dos territórios. Portanto, acessar a energia é um direito nosso.

Não queremos que este documento seja apenas mais um documento apresentado, e sem devidas respostas, portanto, EXIGIMOS que as demandas aqui apresentadas, sejam tão logo solucionadas, ou que nos apresentem diretrizes concretas para o melhor aproveitamento deste debate.

Reconhecemos os seguintes potenciais da energia nas comunidades dos Territórios quilombolas:

- Melhoria na educação, a partir do acesso à internet;
- Segurança nas vias públicas, através da iluminação de estradas e ramais;
- Qualidade de vida;
- Saúde, com a possibilidade de câmaras para armazenamento de vacinas.
- Empreendedorismo – Possibilitando aos territórios Quilombolas a instalação de equipamentos e maquinários, por exemplo.
- Soberania alimentar – Pela possibilidade de armazenamento e resfriamento de produtos da pesca, por exemplo, e desta forma, diminuindo o uso de enlatados nos territórios, como carne e peixe em conserva.

Temos como desafio em nossos territórios:

- Implementação de outras fontes de energias, novas e sustentáveis, como solar e eólica;
- Recurso para implementação destes sistemas;
- Falta de manutenção das linhas
- Ausência da qualidade da energia, o que gera, entre outros, danos a equipamentos;
- Enfrentamento as propostas de hidrelétricas no Baixo Amazonas;
- Consulta prévia, livre e de consentimento nas comunidades;
- Planejamento de distribuição de energia nas comunidades, junto ao estado;
- Desmatamento – Onde passa o linhão, por exemplo;
- Criminalização do povo Quilombola, a partir das relações com a empresa de energia;
- Acidentes fatais, devido a falta de manutenção da rede, que ocasiona vítimas fatais, devido a tentativa de os próprios moradores tentarem arrumar, como ocorreu na Comunidade Tatituquara, no Município de Bagre;
- Metas e prazos para instalação de sistemas não são cumpridos;
- Falta de representação nos comitês, em que são tomadas decisões sobre questões

Realização



como a taxa social, e outras demandas que impactam diretamente nosso consumo.

- Custo alto, falta de equipamentos de segurança;
- Comunidades pagam a manutenção de energia irregular;
- Perda de eletrodomésticos;
- Dificil acesso e contato com a empresa distribuidora de energia;
- Falta de energia provoca o Êxodo Rural, já que por falta de estrutura, os moradores precisam buscar outras alternativas, por qualidade de vida;

Queremos que as seguintes medidas sejam tomadas:

- Reformulação do comitê de coordenação de estudos energéticos da Amazônia, criada em 1968, baseado na lei nº 5.824/68;
- Criação de leis específicas para a utilização de energia na Amazonia, pelos povos ancestrais;
- Análise e revalidação de todas licenças ambientais expedidas e em concessão nos territórios quilombolas
- Criação de conselho deliberativo dos povos ancestrais da Amazônia, para atuação na pauta energética;
- Participação na deliberação da distribuição dos royalties em Comunidades de Territórios Quilombolas;
- Criar legislação para instalação de energia para todos os Povos Ancestrais;
- Reparação indenizatória aos territórios quilombolas afetados por linhas de transmissão, e que não foram devidamente consultadas;
- Estudos da viabilidade energética, de acordo com as especificidades de cada território, a partir de um levantamento de informações sobre a melhor possibilidade de energia, e então seja observada a melhor fonte;
- Cooperação entre estado/comunidades/empresas de energia, para o melhor aproveitamento;
- Energia adequada as realidades das comunidades, com baixos impactos ambientais, atendendo as especificidades de cada quilombo;
- Extinção de grandes projetos;
- Elaboração dos diagnósticos das comunidades;
- Reavaliação das redes e redistribuição das comunidades quilombolas, priorizando projetos em do programa Luz Para Todos e mais Luz para Amazônia, em andamento;
- Garantia do direito do programa de cotas das tarifas sociais dentro e fora dos territórios, verificando mecanismos de comprovação, como o do IBGE;
- Garantia do direito à consulta prévia, livre e informada, às comunidades impactadas por grandes projetos, como os linhões que cortam diversos territórios, como o Quilombo do Igarapé Arirá, no estado do Pará;
- Tarifa zero para comunidades de territórios Quilombolas
- Assistência técnica e exclusiva para Quilombolas;
- Energias renováveis, e que gerem sustentabilidade econômica e social, de acordo com cada realidade;
- Garantir a participação do povo Quilombola nos conselhos para tomadas de decisão nas empresas distribuidoras de energia;

Realização



- Cobrar com multas e penalidades o não cumprimento das implementações de programas como o Luz para todos.

Nós, populações extrativistas,

Reivindicamos que qualquer programa de energia do Governo Federal para as populações indígenas, quilombolas e extrativistas sejam discutidos com as populações do território.

Criticamos o modelo energético existente, que é predatório, causa degradação ambiental e não fornece energia para as populações tradicionais.

Queremos influenciar a transição energética no Brasil, de acordo com as necessidades do território e mudar a forma como os ecossistemas são explorados

Temos que reconstruir a essência desse modelo energético, onde seja primordial gerar energia limpa e conservar a natureza.

Somos contra a criação de novas hidrelétricas em território amazônico. Porém, a energia produzida na Amazônia, responsável por grande parte da energia produzida no Brasil, não fica na Amazônia. Em especial reivindicamos que os Estados que são os grandes produtores de energia e que sofrem os impactos ambientais e sociais, também usufruam da energia produzida nas hidrelétricas já existentes.

Reivindicamos que o Governo Federal crie um Programa de energia para as comunidades extrativistas, quilombolas e indígenas, de acordo com a realidade e diversidade de cada área. E como parte do Programa, a formação de técnicos nas comunidades, que inclua capacitação para contribuir na manutenção dentro dos territórios

Problemas e Demandas:

- Preço alto da energia
- Armazenamento e conservação de alimentos
- Dificuldade na produção e distribuição dos produtos extrativistas
- Perda de produção
- O sistema de energia solar hoje implementados na Amazônia está mal dimensionado,: baixa voltagem, dificuldade de manutenção, baixa capacidade de armazenamento energético e financiamento inadequado
- Problemas de saúde: impossibilidade de realizar procedimentos médicos básicos, intermediários e cirurgias de alto risco, conservação de vacinas
- Falta de respeito das empresas de energia com as comunidades
- Impostos indevidos cobrados por má qualidade de energia
- Ausência de uma política pública específica para a região amazônica
- Ausência de um modelo energético que atenda o território

Realização



Necessidades:

- Formações e capacitações sobre tipos de energias disponíveis, impactos, valores
- Estudos de viabilidade energéticas: solar, eólica, biodigestores
- Diagnóstico das melhores soluções para cada território
- Conclusão do programa Luz para a Amazônia
- Aprimoramento da matriz energética solar, que seja adequada a realidade amazônica
- Acesso a fundos específicos para atendimento as populações
- Fundo direcionado especificamente para as populações amazônicas e todos seus direitos básicos
- Regulamento do uso e da manutenção do sistema de energia solar
- Sistemas de energia que atendam o sistema social e o sistema de produção e beneficiamento, de acordo com a necessidade específica de cada território

Potências e Oportunidades:

- Mais geração de emprego
- Mais geração de renda
- Qualidade de vida
- Conservação apropriada de alimentos
- Acesso à educação de qualidade
- Acesso à tecnologia
- Descarbonização do sistema de energia elétrica nas comunidades da Amazônia, substituindo os geradores a diesel
- Compensação na forma da isenção de pagamento
- Acesso à água limpa
- Adaptação as mudanças climáticas
- Compensação para implementação de sistemas de energia adequados, para as comunidades onde passam a linha de transmissão
- Beneficiamento, armazenamento e distribuição dos produtos extrativistas

Realização



Chegamos a um momento crucial para o nosso país e toda a humanidade, no que tange à questão climática. Temos a certeza de que a grande maioria das áreas protegidas na Amazônia, são fruto de nossa luta histórica, diária e permanente, em defesa de nossos territórios. Nós somos rios, florestas e toda biodiversidade. No momento em que todo o planeta está preocupado com a questão climática, e com sua atenção voltada para o Brasil, inclusive disposto a apoiar financeiramente a proteção da floresta, e levando em conta que agora temos um governo sensível às questões dos povos e comunidades tradicionais, conclamamos os poderes da República, para que as nossas demandas aqui listadas, bem como outras que venham a ser apresentadas por nossos povos, sejam atendidas.

Assinam a esta carta:

COIAB – Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira
CONAQ – Coordenação Nacional das Comunidades Negras, Rurais e Quilombolas do Brasil

CNS – Conselho Nacional das Populações Extrativistas

Representantes:

Indígenas

FEPIPA – Federação dos Povos Indígenas do Pará
FOIRN – Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro
MATPHA – Manxinerune Tsihi Pukte Hajene
OPIROMA – Organização Indígenas do Estado de Rondônia e Noroeste do Mato Grosso
COAPIMA – Coordenação das Organizações e Articulações dos Povos Indígenas do Maranhão
FEPOIMT – Federação dos Povos e Organizações Indígenas do Mato Grosso
ATIX- Associação Terra Indígena Xingu
COPIME – Coordenação dos Povos indígenas de Manaus e Entorno
CIR – Conselho Indígena de Roraima
Lideranças do Pará, Rondônia, Mato Grosso, Roraima, Acre, Maranhão, Tocantins, Amapá e Amazonas,

Quilombolas

Quilombo do Abacate da Pedreira - Macapá - AP
Quilombo Curupi - Concórdia - PA

Realização



Quilombo de Abacatal - Ananindeua - PA
Quilombo de São Judas Bujaru - PA
Quilombo Itacoã-Miri - Acará - PA
Quilombo Guajará-Miri - Acará - PA
Quilombo Ipanema - Abaetetuba - PA
Quilombo Povos do Aproaga - São Domingos do Capim - PA
Quilombo Caldeirão - Salvaterra/Marajó - PA
Quilombo Malhadinha - Brejinho de Nazaré - TO
Quilombo Icatu - Mocajuba - PA
Quilombo Mupi - Cametá - PA
Quilombo Mocambo - Ourém - PA
Quilombo Santa Rita - São Miguel - PA
Quilombo Santa Izabel - PA
Quilombo Maria Ribeira - Gurupá - PA
Quilombo Inhangapi - PA
Quilombo Arirá - Oeiras do Pará - PA
Quilombo Mutuca - Nossa Senhora do Livramento - MT
Quilombo Itapecuru - Mirim - MA
Quilombo Engenho - Baião - PA
Quilombo Terra da Liberdade - Cametá - PA
Quilombo Santa Fé - Baião - PA
Quilombo Bacabal - Salvaterra - PA
Quilombo Ariramba - Oriximiná - PA
Quilombo Nova Vista do Ituqui - PA
Quilombo Pacoval - Alenquer - PA
Quilombo Tiningú - Santarém - PA
Quilombo Bacabal Baixo - Oriximiná - PA
Quilombo Jarauacá - Oriximiná - PA
Quilombo Arapauí - Óbidos - PA
Quilombo São José da Povoação - Currálinho - PA
Quilombo Tatituquara de Bagre - Marajó - PA
Quilombo Santana do Arirí - Pontas de Pedras - PA
Quilombo Tartarugueiro - Marajó - PA
Quilombo Caldeirão - Marajó - PA
Quilombo Boa Vista - Salvaterra/Marajó - PA
Quilombo Mupi-torrão - Cametá - PA
Quilombo Vila Dudre - Baião - PA
Quilombo Igarapé Preto - Oeiras do Pará e Baião - PA
Quilombo Mupi Durão - Cametá - PA
Quilombo Ariramba - Oriximiná - PA
Quilombo Taxizal - Cametá - PA
Quilombo Frade - Cametá - PA
Quilombo Laguinho - Cametá - PA
Quilombo São Bernardo - Oeiras do Pará e Baião - PA

Realização



MALUNGU – Coordenação das Comunidades Negras, Rurais e Quilombolas do Pará;

CONAQ – AP – Coordenação Estadual das Comunidades Negras, Rurais e Quilombolas do Amapá;

CONAQ – MT - Coordenação Estadual das Comunidades Negras, Rurais e Quilombolas do Mato Grosso;

ACONERUQ – Associação das Comunidades Negras, Rurais e Quilombolas do Maranhão.

Extrativistas

Pará

PAE (Projeto de Assentamento Extrativista) Santo Antonio II
Ilha Paruru

PAE Nossa Senhora da Paz

PAE Ilha Sirituba

PAE São Raimundo

PAE Ilha do Meio

PAE Ilha do Pará

PAE Lago Grande

Reserva Extrativista Tapajós Arapiuns

Reserva Extrativista Riozinho do Afrisio

Reserva Extrativista Rio Ariri – AMORORI

Reserva Extrativista Terra do Meio

Reserva Extrativista Xingu – AMOMEX

PAE Ilha Baixo Anajá II

Reserva Extrativista Mapuá

PAE Ilha São João I

Guarajá

Reserva Extrativista Terra Grande Pracuúba

Reserva Extrativista Mãe Grande Curuçá

PAE Ilha do Gurupaí

Ilha Grande do Gurupá

Reserva Extrativista Gurupá / Melgaço

RDS Itatupã-Baquiá

PA Lajedo – Área Extrativista

Associação AMORPIRQ Médio Xingu Lado Direito

Estrada Pedro Ferreira – Rodagem Km 6

PAE Ilha de Muru Muru II

PAE Ilha de Cajuúbinha

Resex Arióca Puanã

Rio Pajacá, Vila Aracú – Comunidade Sagrado Coração Jesus

PAEX-Cangatar

Assentamento Doroth

Realização



Assentamento Maria de Matias
Resex Verde para Sempre
Comunidade Juçara – Resex Verde para Sempre

Resex Renascer
PDS Serra Azul
Resex Ipaú-Anhuzinho
Comunidade Japiim Grande
Piriá
Canaticú
Porto do Campo
Comunidade Ribeirinha Anapú

Amapá
Resex Cajari

Roraima
Resex Baixo Rio Branco

Acre
Resex Cazumbá Iracema
Resex Chico Mendes
Resex Alto Taruacá
Resex Alto Juruá

Maranhão
Resex Enseada da Mata
Resex Contenda
Resex Ciriaco

Amazonas
Resex Médio Purus
Resex Médio Juruá
Resex Ituxi

Rondônia
Resex Rio Preto

Realização



Apoio:  CHARLES STEWART
MOTT FOUNDATION*

